

POLÍTICA PÚBLICA

Defasada, etiqueta de eficiência do Inmetro assegura IPI menor para geladeiras "gastonas"

Por Mariana Barbosa 15/03/2021 • 12:38



Produção de geladeiras | Felipe Rau / Estadão

O Inmetro deve lançar até o fim do mês uma consulta pública para atualizar os critérios de classificação de eficiência energética de geladeiras e refrigeradores — medida que pode ter impacto não apenas na conta de luz e no meio ambiente, mas no preço dos eletrodomésticos que hoje gozam de um IPI reduzido.

A falta de atualização dos critérios faz com que praticamente todos os refrigeradores vendidos no país sejam classificados como nível A — apesar de muitos adotarem padrões ultrapassados, de 15 anos atrás.

Além de confundir o consumidor que utiliza a etiqueta como referência na hora da compra, a defasagem cria uma distorção na política de renúncia fiscal adotada desde 2009 para estimular a inovação tecnológica na indústria. A redução de 33% do IPI — de 15% para 10% — que era para premiar os mais eficientes, hoje beneficia toda a produção.

Caso a proposta que o Inmetro planeja colocar em discussão seja implementada, o país poderá levar mais cinco anos para alcançar padrões que já são regra há anos nos países desenvolvidos — a um custo para os brasileiros da ordem de R\$ 33 bilhões até 2030, segundo cálculos das ONGs CLASP e do International Energy Initiative - IEI Brasil para a Rede Kigali.

O número representa a perda que os consumidores terão com a conta de luz pelos próximos dez anos se comprarem refrigeradores ineficientes devido ao atraso na revisão das etiquetas.

O país ainda utiliza critérios estabelecidos em 2006 pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) para classificar a eficiência no consumo de energia de refrigeradores. A defasagem entre os produtos mais e menos eficientes dentro do nível A hoje pode chegar a 100%, segundo estudos da Rede Kigali.

Muitos dos produtos à venda no país não atendem a critérios mínimos estabelecidos na Europa, Estados Unidos, México, Índia e Quênia.

— É contraditório sermos ao mesmo tempo o país que exporta o que há de mais eficiente em compressores de geladeiras no mercado internacional, mas consome geladeiras que não poderiam ser vendidas nos países de origem das multinacionais que produzem esses produtos no Brasil — diz Rodolfo Gomes, diretor da International Energy Initiative - IEI Brasil e porta voz da Rede Kigali, movimento que reúne diversas entidades no combate ao aquecimento global por meio da defesa de políticas de eficiência energética. Integram a rede, além do IEI Brasil e da CLASP, o Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a consultoria Mitsidi, o Projeto Hospitais Saudáveis (PHS) e a rede Engajamundo.

A proposta que Inmetro prepara para colocar em consulta pública, e que foi apresentada a um comitê técnico em fevereiro, tenta arbitrar os interesses da indústria e de entidades de defesa do consumidor e do meio ambiente criando uma

fase de transição com subcategorias dentro do nível A das etiquetas (A+, A++ e A+++). A medida traz um pouco mais de transparência para o consumidor, ao mesmo tempo em que garante a preservação dos incentivos fiscais para produtos de baixa eficiência por mais cinco anos.

O argumento das indústrias é que o rebaixamento de categoria com a atualização do programa de etiquetagem poderia encarecer o produto ao consumidor, o que não seria desejável num momento de crise e pressão inflacionária.

A Rede Kigali defende a adoção de critérios do Energy Star, padrão internacional de consumo eficiente, mantendo a classificação nas faixas de A a E. — Caso a revisão imediata de etiqueta seja feita com uma fase intermediária com subníveis de classificação dentro da categoria A, que ao menos a segunda fase de revisão ocorra em, no máximo, três anos e não em cinco, e seguindo a classificação do Programa de Eficiência Energética das Nações Unidas, o U4E (United for Efficiency) — diz Rodolfo. — Quanto mais se adia a revisão da etiqueta, maior o desperdício acumulado — completa.

Em 2016, um estudo da Proteste já tinha apontado distorções no Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro, afirmando que a grande diferença de atributos entre produtos em uma única categoria engana e confunde o consumidor. Na época, o Inmetro afirmou que estava preparando uma consulta pública para atualizar os critérios de classificação das etiquetas de refrigeradores para aquele mesmo ano, o que não aconteceu.

Procurado, o Inmetro informou que o texto deve ir a consulta pública "nos próximos dias" e poderá ser alvo das contribuições "de todos os entes regulados e da sociedade em geral".